3.4 – Divisão Social do Trabalho na Rugosidade do Setor Viveirista

Na época do levantamento de campo o total de pessoas ocupadas nos viveiros do Estado de São Paulo e do Triângulo Mineiro (MG) era de 3.322 pessoas.

Os 253 viveiros que só ocupavam mão-de-obra familiar utilizaram, aproximadamente, 1.012 pessoas[35]. Foram computados 29 viveiros telados familiares ocupando 116 pessoas. Nos viveiros a céu aberto foram computados 224 unidades utilizando, aproximadamente, 896 pessoas. A grande maioria desta mão-de-obra era residente no imóvel. O tempo dedicado ao viveiro variava entre os membros da família (de 30% a 100%). Os homens destinavam mais tempo de seu dia aos cuidados do viveiro e as mulheres, em geral, nas épocas de maior necessidade. Nas propriedades onde o viveiro era a principal atividade o tempo destinado a produção era acima de 80%.

Nos viveiros citrícolas que arregimentavam mão-de-obra, o total empregado foi de 2.310 pessoas, sendo 443 trabalhadores permanentes residentes, 882 trabalhadores permanentes não residentes, 7 trabalhadores temporários residentes. A principal região empregadora foi a SP-SSO onde os viveiros estão espacialmente concentrados ao redor das cidades, com o máximo de 1.646 pessoas e foi a única em que o número de trabalhadores permanentes não residentes era maior que a mão-de-obra temporária (Tabela 10).

Entre as regiões do Estado de São Paulo, observa-se que a SP-NNO ocupava menor número de braços, em torno de 30% nas diferentes categorias de trabalho, que a SP-SSO. Esta menor ocupação devia a estrutura dos viveiros. Como descrito anteriormente, a região SP-NNO embora possuindo o maior número de unidades produtoras de mudas, 188 viveiros a céu aberto e 70 viveiros telados, a grande maioria dos viveiros a céu aberto acupavam pequenas áreas e a produção de mudas tinham como principal destino o uso próprio. Os viveiros telados, instalados a partir da Segunda metade da década

de noventa, utilizaram para as edificações das unidades viveiristas os conhecimentos técnico-científicos adquiridos da região SP-SSO. Dada a própria estrutura dos viveiros, estes não necessitavam de muita mão-de-obra.

[35] Considerou-se 4 pessoas ocupadas por família.

Tabela 10 – Estado de São Paulo NNO e SSO e Minas Gerais – Triângulo Mineiro. Trabalhadores nos Viveiros, Segundo Região e Técnica de Produção

2001-02

Trabalhadores	Triângulo Mineiro (MG)	SP – NNO	SP - SSO	Viveiro Telado	Viveiro Aberto
Permanente Residente	6	102	335	64	379
Permanente Não Residente	5	187	690	460	422
Temporário Residente	2	4	1	4	3
Ocupação Máxima	47	311	620	341	637
Ocupação Mínima	19	77	206	74	228
Sub Total com Temporário Máximo [1]	60	604	1.646	869	1.441
Sub Total com Temporário Mínimo	30	366	1.231	598	1.029

[1] A Categoria Temporário Residente foi Incluída neste Item
Fonte: Pesquisa de campo, 2001/02

Durante o ano, a ocupação máxima de trabalhadores temporários não residentes foi de 978 pessoas e a mínima de 302 pessoas.

Nos viveiros telados, em média, são ocupadas 9 pessoas. Os trabalhadores temporários nos viveiros telados de pequeno e médio porte são requisitados para serviços específicos como encher os saquinhos com substrato e na operação de enxertia. Nas grandes unidades produtivas teladas os próprios funcionários realizam estas tarefas, não sendo necessário arregimentar mão-de-obra temporária.

A produtividade dos indivíduos, neste sistema de produção é maior, pois as mudas ficam próximas não havendo necessidade dos trabalhadores andarem muito; a fiscalização da qualidade e do ritmo de trabalho é mais eficiente por ser em ambiente fechado; nos dias de garoa ou de chuva não há interrupção do trabalho, aliás a temperatura no interior do viveiro fica agradável nestas ocasiões. A maioria desses viveiros localizam-se próximos das rodovias e das cidades facilitando o acesso dos trabalhadores. Os viveiros mais estruturados oferecem transporte a seus funcionários.

O contrário ocorre nos viveiros a céu aberto. A necessidade de mão-de-obra é maior, em média, 11 pessoas. A categoria temporária se faz importante nas diversas etapas do processo produtivo. O espaço ocupado com as mudas é maior, há uma distribuição dos trabalhadores no viveiro e esta dispersão dificulta o trabalho de fiscalização.

As condições climáticas constituem fator importante. Dias com sol e temperatura alta exigem muita resistência física, no entanto há ventilação. Nos dias de chuva branda, garoa ou chuvas eventuais no meio da jornada não há prejuízo, só há interrupção de trabalho nos dias de chuva forte.

Outro fator que interfere na produtividade é a posição do corpo para realizar as tarefas, agachado ou curvo, o que prejudica tanto o indivíduo quanto o seu rendimento. A etapa do arranquio das mudas exige habilidade, mas sobretudo, força e é realizada normalmente nas estações chuvosas, o que facilita, de certa forma, esta última operação.

O tempo de percurso dos trabalhadores entre a cidade e o viveiro é outro fator que afeta o rendimento. A condição das estradas que dão acesso

aos viveiros a céu aberto são, em geral, de terra e com certa distância das cidades.

Nos viveiros, como em qualquer outro empreendimento, alguns critérios são levados em conta para a contratação de pessoal como potencial de trabalho, conhecimento da atividade, a capacidade de aprender, a assiduidade, o caráter, a distância da moradia ao local de trabalho e o sexo. Na época da pesquisa a composição máxima dos trabalhadores por sexo foi de 1.707 homens e 603 mulheres. Na função de administração de viveiros encontrou-se o maior número de mulheres. Na categoria permanente não residente na atividade funcional seu emprego também foi significativo (Tabela 11).

Tabela 11 – Estado de São Paulo NNO e SSO e Minas Gerais – Triângulo Mineiro. Mão-de-Obra Trabalhadora Permanente e Temporária nos Viveiros, por Categoria e por Sexo 2001/02

Categoria	Masculino	Feminino
Permanente Residente		
Administrativos	16	62
Funcionais	305	29
Enxertadores	31	-
Sub Total	352	91
Permanente Não Residente		
Administrativos	33	4
Funcionais	375	369
Enxertadores	61	40
Sub Total	469	413
Temporário Residente		
Funcionais	4	3
Temporário Não Resientes Máximo		
Administrativos	-	-
Funcionais	515	91
Enxertadores	367	5
Sub Total	882	96
Temporário Não Residente Mínimo		
Administrativos	-	-
Funcionais	229	23
Enxertadores	49	-
Sub Total	278	23
Total com Temporário Residente Máximo [1]	1.707	603
Total Mínimo	1.099	527

[1] A Categoria Temporários Residentes foi Incluída neste Item
Fonte: Pesquisa de campo, 2001/02

Arregimentar homem ou mulher varia muito entre os viveiros. Nos viveiros a céu aberto, embora existam mulheres trabalhando, a preferência é pelo sexo masculino dada a própria rusticidade do trabalho. Na operação de arranquio houve o predomínio de homens.

Nos viveiros telados a presença de mulheres é mais comum. Há viveiristas que dão preferência em contratar mulher, utilizando mão-de-obra masculina temporariamente para serviços específicos como descarregar o substrato dos caminhões e transportá-los aos locais determinado, carregar os caminhões com as mudas, ou seja, os trabalhos que exigem força são realizados por homens.

Embora exista uma maior ocupação masculina na atividade viveirista a tendência futura, quando só houver viveiros telados, será o de maior emprego feminino. Na opinião de alguns viveiristas - A *mulher vai dominar o trabalho no viveiro, pois requer delicadeza, sensibilidade, atenção e dedicação. O serviço do homem só será de força. – Nos viveiros telados a mulher tem maior adaptação. Não tem necessidade de força. – Os próximos trabalhadores, aqui no meu viveiro, só serão mulheres, têm um ritmo menor, mas uma qualidade (atenção) maior...* Alegaram, também, que as mulheres são mais eficientes, aceitam ser comandadas, não fazem muita reclamação, são mais assíduas no trabalho e as conversas são amenas.

Para avaliar a remuneração paga pelos viveiros a seus funcionários adotou-se o valor do salário mínimo que, na época, era de R$180,00. Este limite para avaliar o *quantum* necessário para um trabalhador é grosseiro e ineficaz, dado que no Brasil, onde existe superabundância de oferta de mão-de-obra, o próprio salário mínimo passou a ser fixado cada vez mais para o mínimo fisiológico e social necessário para a sobrevivência do trabalhador ou até abaixo do mínimo.

Como era de se esperar, a remuneração dos trabalhadores varia de acordo com o tipo de viveiro, a céu aberto ou telado, e as diferentes funções exercidas pelos trabalhadores, administração, funcional ou enxertador.

Em alguns viveiros a céu aberto a função de administração era, em geral, realizada pelo próprio viveirista, que fazia também a enxertia,

contratando trabalhadores temporários somente para auxiliá-lo nos tratos culturais e no arranquio.

Nos viveiros de pequeno porte os trabalhadores eram arregimentados por algumas semanas ou dias. Para estes trabalhadores, o pagamento era calculado por dia trabalho podendo ser pago diariamente, semanalmente ou quinzenalmente.

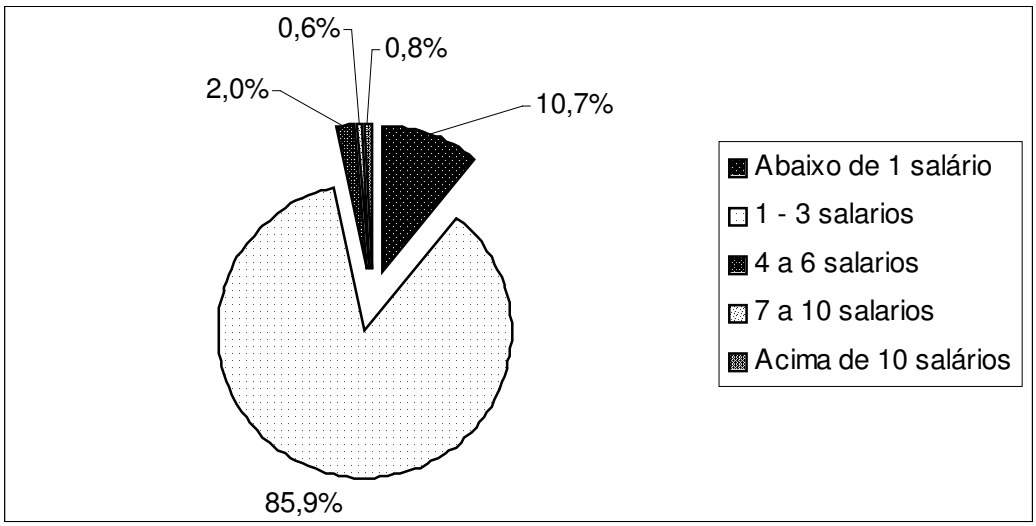
O valor da diária paga variou de R$10,00 a R$20,00. A menor diária paga aos trabalhadores foi informada nas regiões de São João da Boa Vista e Lins. Essas regiões além de não possuírem tradição em viveiros de citros, as atividades agropecuárias desenvolvidas absorviam pouca mão-de-obra. Nas regiões de São João da Boa Vista, em 2001, as atividades com maior valor da produção foram o cultivo de batata (muitas etapas do processo produtivo mecanizado) e o cultivo de café (arregimenta, principalmente, as categorias colono e arrendatário) e; na região de Lins foram a carne bovina (pouco exigente em mão-de-obra) e o café. O setor secundário também não possuía muito dinamismo resultando em uma oferta grande de braços a procura de trabalho. O contrário ocorria na região de Limeira, onde foi constatado as maiores diárias. Essa região além de possuir grande concentração de viveiros de citros, o que resultava em concorrência por mão-de-obra qualificada, tinha como principais atividades agrícolas a cana-de-açúcar e a citricultura e um setor industrial bem desenvolvido.

Para o Estado de São Paulo e Triângulo Mineiro (MG) o valor médio da diária paga foi de R$14,25. Ao se comparar esta diária com a do Anuário IEA de 2001 (SÉRIE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DA AGRICULTURA, 2002 p.222) o valor médio pago no Estado de São Paulo para a mesma categoria de trabalho foi de R$11,33, ou seja, o setor viveirista pagou 25,8% a mais em suas diárias.

Como os viveiros fazem parte da cadeia produtiva da laranja e neste setor, como salienta VICENTE & FRANCISCO (2003), são realizados dissídios para o estabelecimento de pisos salariais, entre a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) e o setor patronal, as diárias eram geralmente maiores. No entanto, muitos sindicatos de trabalhadores e de empregadores acordavam em suas respectivas bases territoriais pisos salariais diferentes daqueles acordados, o que se pode constatar nos resultados da

pesquisa de campo onde 10,7% dos trabalhadores tiveram renda inferior a um salário mínimo (Figura 25).

Figura 25 – Estado de São Paulo – NNO e SSO e Minas Gerais – Triângulo Mineiro. Salário dos Trabalhadores nos Viveiro de Citros
2001/02



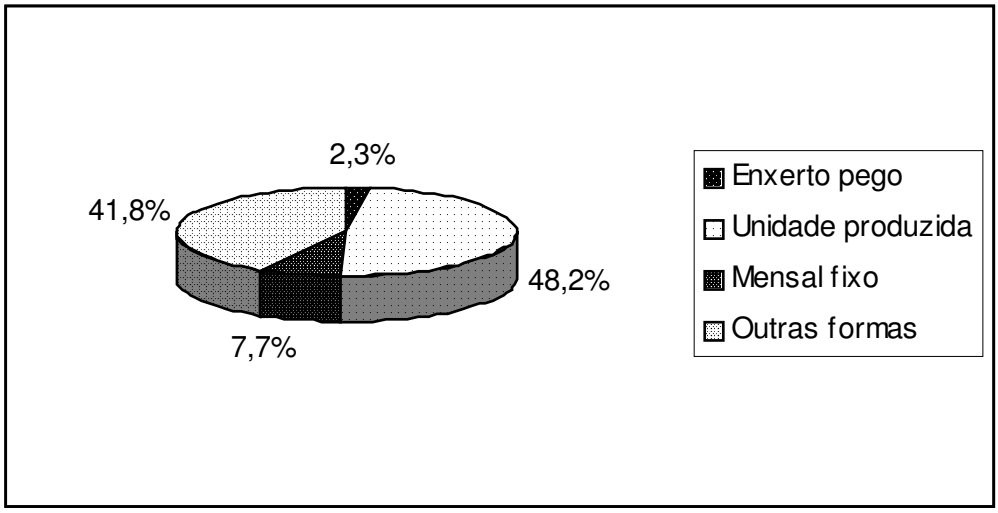
Fonte: Pesquisa de campo, 2001/02

A renda auferida para 85,9% dos trabalhadores foi de 1 a 3 salários. Os que tiveram renda acima de 4 salários ocupavam postos administrativos, em geral nos viveiros telados, como secretarias, auxiliar de escritório, técnico agrícola, engenheiro agrônomo, pessoal de recursos humanos e gerente.

O enxertador[36] por realizar uma atividade específica é pago de diferentes formas. Nos grandes viveiros telados, por ser funcionário, recebe um mensal fixo. Mas seu principal perfil é trabalhar por tempo determinado nas diferentes unidades viveiristas. As formas de pagamento mais mencionadas foram: por unidade produzida ou milheiro enxertado (48,2%), outras formas (41,8%) que englobam por empreita, por hora trabalhada, etc (Figura 26).

[36] A categoria de trabalho enxertador, bem como, a categoria funcional serão discutidas em detalhes no Capítulo 4.

Figura 26 – Estado de São Paulo – NNO e SSO e Minas Gerais – Triângulo Mineiro. Forma de Pagamento do Enxertador nos Viveiros de Citros 2001/02



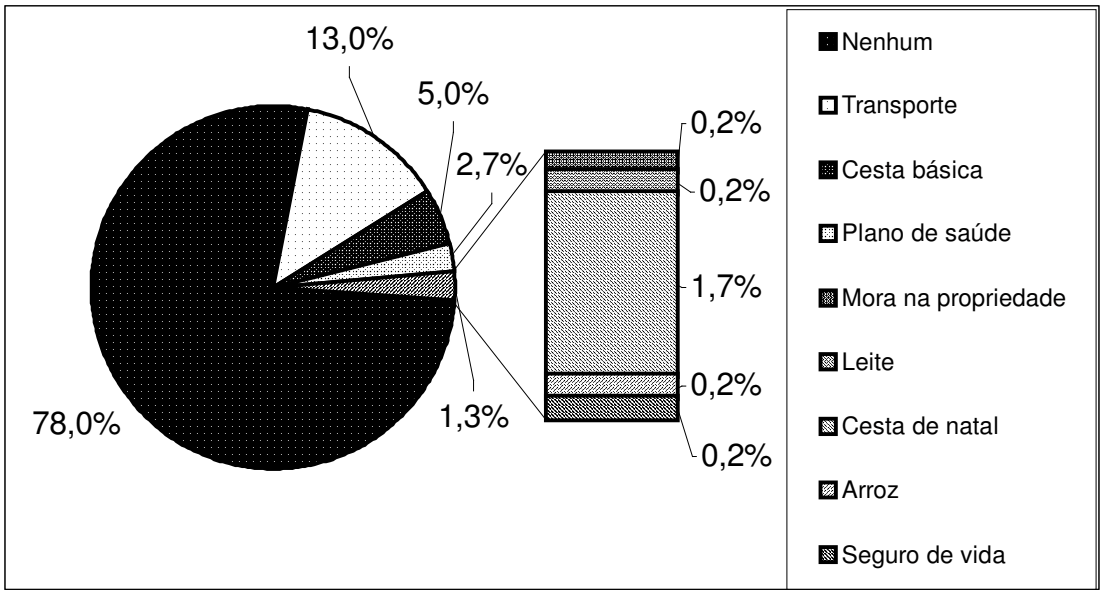
Fonte: Pesquisa de campo, 2001/02

O valor pago aos trabalhadores estava intimamente relacionada a jornada de trabalho semanal que se diferenciava entre as categorias, como também, entre viveiros. Nas empresas viveiristas os empregados comuns (funcionais) cumpriam 40 horas e os enxertadores 44 horas. Nas outras unidades produtivas, viveiros telados de pequeno porte e a céu aberto, a jornada dependia do serviço a ser executado e esta variava em horas ou dias.

Foram poucos os viveiristas que informaram dar regularmente gratificações. Por produção foram 6% e por função diferenciada foram 12%. Ao serem questionados se proporcionavam algum benefício a seus funcionários a grande maioria dizia*: -Pago o que é justo e só*. No entanto, os que forneciam algum benefício, não o faziam por benevolência, mas sim, por estarem implantando ou cristalizando em seus viveiros uma organização baseadas em teorias que vem sendo discutidas e implementadas a, no mínimo, três décadas[37] (Figura 27).

[37] Muitas teorias embasadas no terreno sócio-psicológico surgiram, nas últimas décadas, para responder à questão da motivação ao trabalho e a obsolescência do indivíduo frente as inovações tecnológicas. Só para citar alguns autores como MONDEN (1984), HOFFMAN & KAPLINSKY (1988), SENGE (1992), HAMMER & CAMPY (1994), MENDES (1994), LÓPEZ (1996).

Figura 27 – Estado de São Paulo – NNO e SSO e Minas Gerais – Triângulo Mineiro. Benefícios Fornecidos aos Trabalhadores pelos Viveiros de Citros 2001/02



Fonte: Pesquisa de campo, 2001/02

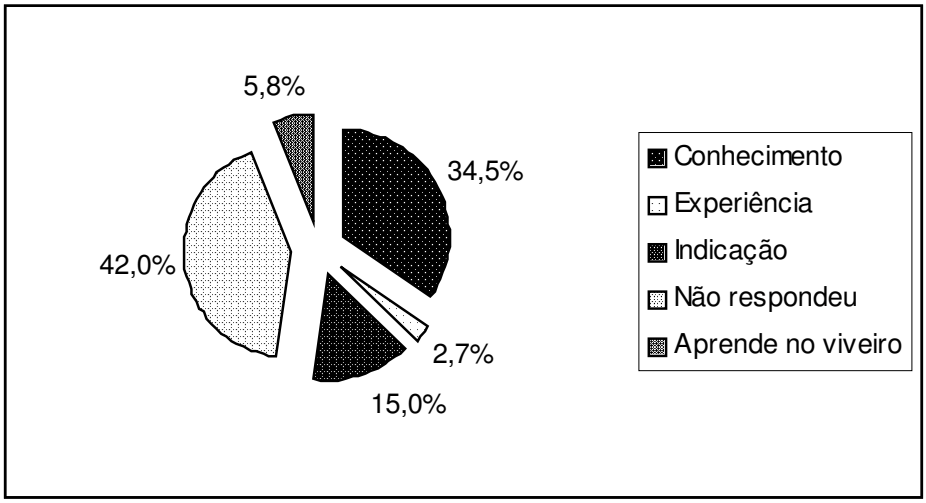
Os objetivos básicos dessas teorias são, de modo geral, adequar a produção e a produtividade a níveis satisfatórios de mercado e melhorar a condição de trabalho, reformulando a base teórica do emprego. A competitividade individual passa a ser artigo fora de moda, prevalecendo os grupos de profissionais dependentes uns dos outros para agir. O funcionário passa a ser bem treinado e versátil com múltiplas funções, para obter a flexibilidade da mão-de-obra e, finalmente aumentar o moral e a auto-estima dos trabalhadores, oferecendo-lhes oportunidade de sugerir, opinar e ter mais autonomia.

Os viveiros que estavam implantando ou consolidando à nova técnica de administrar realizavam treinamento nas diferentes categorias de trabalho. Para os administrativos os cursos mais mencionados foram administração geral e agrícola, planejamento e controle de produção e computação. Na categoria enxertador a qualificação pautava-se em treinar empregados funcionais para realizarem a operação de enxertia. Os trabalhadores funcionais eram treinados em adubação, defensivos, pulverização, utilização correta do EPI, controle de pragas e doenças dos citros e cuidados com a saúde.

Arregimentar mão-de-obra para trabalhar no viveiro não é tarefa fácil para o viveirista, principalmente para os novatos, ou quando se instala um novo viveiro numa região onde não se tem conhecimento do mercado de trabalho.

Entre os que estavam no setor a mais tempo os critérios para se contratar enxertador pautava-se em seu conhecimento (34,5%); os que estavam a pouco no setor pediam indicação de enxertadores a outros viveirista (15%). No entanto, muitos dos entrevistados (42,0%) não quiseram responder, pois entendiam, ser esta, uma questão estratégica (Figura 28). Mas o que se pôde captar nas entrevistas foi a carência deste profissional qualificado no mercado. Alguns viveiristas do Triângulo Mineiro (MG) e de municípios paulista sem tradição nesta atividade, buscavam enxertistas nas regiões de Limeira, Monte Azul Paulista, ou seja, de regiões que possuem tradição no cultivo de mudas.

Figura 28 – Estado de São Paulo – NNO e SSO e Minas Gerais – Triângulo Mineiro. Critérios para Contratar Enxertador pelos Viveiristas
2001/02

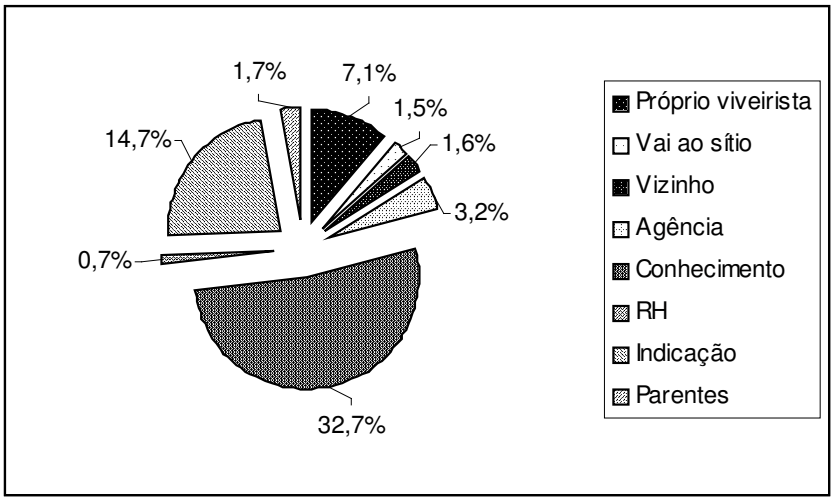


Fonte: Pesquisa de campo, 2001/02

Já os critérios utilizados para contratar mão-de-obra comum foi respondido com tranqüilidade. As respostas mais freqüentes foram o conhecimento do viveirista dos trabalhadores da região (32,7%) e a indicação de pessoas (14,7%) feitas tanto pelos indivíduos que já trabalhavam no viveiro quanto de outros viveiristas. Exceto as empresas que possuíam setor de RH (0,7%) e alguns novos viveiristas que iam buscar mão-de-obra em agencias de

empregos na cidade (3,2%), a maioria dos viveirista, mesmo aqueles que informaram terem conhecimento de suas regiões, não tinham dificuldades de contratar, pois a procura de serviço por parte dessas pessoas é constante. A dificuldade estava em arregimentar bons trabalhadores, principalmente para trabalhar em viveiro telado, onde o ritmo de trabalho e a temperatura no interior do viveiro exigem adaptação (Figura 29).

Figura 29 – Estado de São Paulo – NNO e SSO e Minas Gerais – Triângulo Mineiro. Critério para Contratar Empregado Comum pelos Viveiristas 2001/02

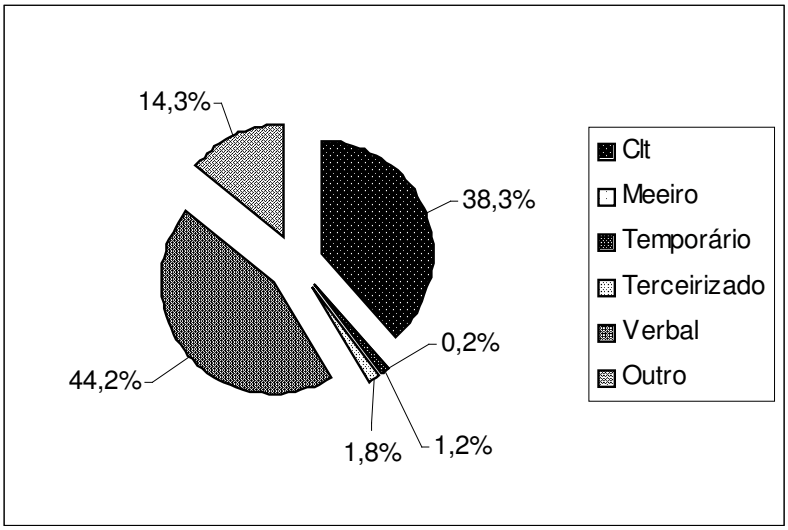


Fonte: Pesquisa de campo, 2001/02

A formalização das relações de trabalho entre empregados e empregadores se faz relevante. Historicamente, o registro em carteira para trabalhadores na agropecuária foi originalmente disciplinado no Estatuto do Trabalhador Rural, Lei n°4.214 de 2 de março de 1963, no Capítulo *Da Identidade Profissional*, sendo revogado pelo Decreto Lei n°929, de 10 de outubro de 1969. Posteriormente, a matéria passou a ser regulada pela Lei n°5.889, de 8 de junho de 1973 e, no que fosse omissa, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seus artigos 13 a 21. Especificamente no Artigo 13° o legislador prescreve: *"A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que de caráter temporário, e para o exercício por conta própria da atividade profissional remunerada"* (VEIGA, 1995 p.45).

No desenrolar histórico da legislação trabalhista que se remete ao setor rural, passa-se de um momento de proibição para uma situação de tolerância. Isto pode ser evidenciado ao se observar que no setor viveirista as formas comumente utilizada para arregimentar mão-de-obra foram as que não requeriam formalização totalizando 61,7% e somente 38,3% dos contratos de trabalho eram firmados pela CLT (Figura 30). Foi nos viveiros telados que se encontrou maior número de registro em carteira, para todas as categorias de trabalho. No entanto, para algumas operações, como por exemplo encher saquinhos com substrato, alguns destes viveiros utilizavam trabalhadores contratados verbalmente.

Figura 30 – Estado de São Paulo – NNO e SSO e Minas Gerais – Triângulo Mineiro. Formas de Contrato dos Trabalhadores nos Viveiros de Citros 2001/02



Fonte: Pesquisa de campo, 2001/02

Mas, como discutiu PASTORI (2003), no mundo moderno, o emprego formal não será a única maneira de ganhar a vida nem será a mais abundante. As pessoas serão empregadas em determinadas oportunidades e em outras ocasiões serão autônomas ou subcontratadas. Na racionalização das empresas, cresce a terceirização. O emprego fixo e de longa duração se retrai e as novas modalidades de trabalho se expandem – a subcontratação, a atividade autônoma, etc. Para o pesquisador o mercado foi dividido em dois mundos: o do emprego e o do trabalho. No primeiro mundo estão os postos de

trabalho fixos, que constituem a alma das empresas e que dependem de continuidade, comprometimento, competência e bom relacionamento entre os profissionais. No segundo, o do trabalho, estão as atividades que podem ser realizadas de modo intermitente ou duradouro. Com estas mudanças, aumenta a necessidade de versatilidade e qualificação. Antes, bastava ser adestrado. Hoje, é fundamental ter capacitação. O adestramento ensina a pessoa a fazer a mesma coisa a vida inteira. A educação a prepara para aprender continuamente. Com a velocidade meteórica das mudanças nas tecnologias e nos modos de produzir e vender, a educação torna-se o elemento-chave para a empregabilidade dos trabalhadores e para a competitividade das empresas. A falta de capacidade para se ajustar às mudanças eleva a risco da obsolescência, comprometendo a vida dos trabalhadores e a das empresas. Em suma, o mercado de trabalho apresenta uma tendência geral de enxugar os empregos, ampliar os outros modos de trabalhar e exigir mais educação de todos. Os recrutadores estão atrás do que o candidato sabe fazer e, sobretudo, do que é capaz de aprender.

O período no qual foi realizado o levantamento de campo possibilitou defrontar um momento histórico de mudança no setor. O modo de fazer do passado com sua lógica de produção, de ocupação do solo, de escoamento da produção e de absorção de mão-de-obra coabitando com o seu oposto, uma natureza artificializada de produção, dentro de uma nova lógica de localização e ocupação do solo e o trabalho humano tornando-se mais complexo dadas as mudanças correspondentes às inovações técnicas.

Para MILTON SANTOS, “os últimos séculos marcaram, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana mas também do mundo rural. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações” (SANTOS 2000 p.88).

Outro fato importante no período foi as migrações de viveiros a céu aberto para o Estado de Minas Gerais, inicialmente para o Triângulo Mineiro,

mas com a maior fiscalização nas estradas que dão acesso a esta região e a incidência de novas doenças, como a Morte Súbita dos Citrus (MSC), o sentido migratório dirige-se a outros municípios localizados ao sul desse Estado, como por exemplo Andradas, que também possuem bom acesso ao mercado consumidor de mudas. “Estas migrações podem também ser entrevistas como um resultado da adição de mais capital a um espaço. Criando, assim, correntes migratórias nos dois sentidos: em um, à expulsão dos que não se adaptaram aos níveis técnicos e de capital que se instalaram indo buscar em “novas regiões” a manutenção de sua ocupação e em outro, trazendo para a área aqueles dotados das novas capacidades exigidas para movimentar o novo instrumental científico e técnico” (SANTOS, 1991b p.85).

O Estado, na época, também interagiu. Sob um discurso de flexibilidade, as normas políticas manifestaram uma nova rigidez. Esta foi dada, entre outras coisas, “pela imposição de um olhar hegemônico do mundo, que é próprio, segundo A. FINKIELKRAUT (1994, p. 224), dos agentes da normalização o qual nos advertem de que ‘é assim que é preciso viver, e se vocês decidem viver de outro modo, estão errados’. O Estado coopera ativamente com os desígnios da nova forma de organização, uma vez que, como explica B. BECKER (1984, p. 21), ele não é um mediador neutro, mas age em favor de grupos dominantes permitindo que as corporações expandam-se” (SILVEIRA, 1999, p. 260). E, corroborando com estas colocações, SANTOS (2000 p.89) acrescenta que “dá-se, na realidade, uma certa militarização do trabalho, já que o critério do sucesso é a obediência às regras sugeridas pelas atividades hegemônicas, sem cuja utilização os agentes recalcitrantes acabam por ser deslocados. Se entendermos o território como um conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade, a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair”.

A busca de novas técnicas tem levado à uniformidade na produção de mudas, nas formas de contratação de pessoas e nas condições organizacionais do trabalho com o intuito de aproveitar ao máximo as virtualidades técnicas. A densidade dos novos objetos e das novas ações nesta

área indica que há um trabalho intelectual de pesquisa e planejamento na produção e na comercialização das mudas. Os ritmos de trabalho são planejados para atender as novas normas que segundo Silveira (1999, p.166) buscam acabar, progressivamente, com a espontaneidade dos gestos e dos saberes múltiplos e diversos de um cotidiano compartido no campo. É um processo de racionalização e rigidez da produção.